

O Congresso e o Projeto Nacional

MARCIO MOREIRA ALVES *

Imagine-se saindo de casa de manhã para um encontro importante no centro da cidade. Só que, no meio do caminho, você esquece com quem deve se encontrar e como se chega ao centro. Dá para avaliar a angústia?

Pois é isso que está acontecendo com o Brasil, faz tempo. Não há projeto nacional, ou seja, não há um conjunto de políticas aprovado por forças partidárias majoritárias no seio da população e do Congresso Nacional. Logo, a sociedade não sabe para onde vai e instaura-se o salve-se quem puder.

O projeto nacional brasileiro deveria ser um conjunto de propostas consensuais que pudesse obter a aprovação da sociedade civil organizada e dos seus representantes nos partidos políticos majoritários.

O primeiro problema é saber quem é majoritário, descoberta difícil em um Congresso fragmentado em 19 partidos, sendo que pelo menos seis têm bancadas suficientemente numerosas para paralisar a tramitação de propostas.

Os politólogos Bolívar Lamounier e Amaury de Souza, do IDESP, entrevistaram 71% dos deputados e 60% dos senadores para saber em que pé estamos.

As conclusões a que chegaram:

A importância da integração econômica latino-americana já entrou na cabeça de 80% dos parlamentares, inclusive 60% do PT. Já a proteção seletiva das empresas nacionais só é defendida por 25%, embora 47% do PT sejam a favor, o que parece indicar ser esse o verdadeiro partido da Fiesp. Os empresários só não votam nele por burrice.

Há uma grande indecisão sobre o verdadeiro papel do Estado. Apenas 46% dos parlamentares acham que ele deve restringir-se às áreas clássicas, ou seja, segurança, educação e justiça. Isso quer dizer que o neoliberalismo, defensor do estado mínimo, não está tão implantado assim, nem mesmo nesse ambiente marcadamente à direita dos vários níveis do Executivo. Em contrapartida, a mesma divisão ocorre quanto à necessidade de o Estado atuar como empresário em

áreas estratégicas. Embora 79% do PT e 48% do PSDB achem indispensável a sua presença no setor do petróleo, essa opinião é compartilhada por apenas 44% do total de parlamentares. A constatação não favorece a manutenção do monopólio da Petrobrás. Em outros setores, a presença do Estado é rejeitada. Na siderurgia, cuja privatização está em curso, apenas 15% dos parlamentares defendem a presença estatal.

Um dos grandes empecilhos à adoção de métodos de gestão de qualidade no setor público é a garantia de estabilidade para funcionários, estabelecida pela Constituição. Fosse a proposta votada hoje, somente os concursados gozariam dessa prerrogativa, e, assim mesmo, só com o apoio de 59% dos congressistas.

Com esse Congresso, qualquer projeto que implique real melhora das condições de vida dos brasileiros não vai passar

Os parlamentares são pessimistas. Apenas 13% acreditam nas chances de aumentarmos substancialmente a participação dos 40% de brasileiros mais pobres na renda nacional até o ano 2000 e somente 9% acreditam na possibilidade de diminuirmos as desigualdades entre o Norte-Nordeste e o Centro-Sul. Sendo esse o ponto central de qualquer projeto nacional que se preze, pouco podemos esperar do Congresso. O corolário dessa descrença é que 40% acham que viveremos um estado crônico de convulsão social.

Só um conservador empedernido pensa um projeto nacional para deixar tudo na mesma. Embora eles existam aos magotes em um Congresso onde predominam deputados e senadores vindos dos rincões mais atrasados, 92% são a favor da criação de empregos e da retomada do crescimento, o que é vago. Quando se chega a políti-

cas ativas de distribuição de renda, o apoio diminui. Apenas 51% favorecem uma reforma agrária com distribuição de terras particulares — proposta apoiada por 100% do PT e apenas 15% do PDS e do PRN. Somente 32% favorecem uma garantia de renda mínima, como a existente nos Estados Unidos e na Europa, proposta feita pelo projeto de Imposto de Renda negativo do senador Eduardo Suplicy. Mesmo no seu partido, o PT, a ideia tem apenas 80% de apoio, o que mostra como estamos longe de uma sociedade solidária, do gênero da defendida por De Gaulle nos anos 60 e concretizada pelos conservadores e socialistas que o sucederam.

A manutenção do ensino superior público para todos só tem a aprovação de 22% dos parlamentares, o que indica um belo espaço para uma reforma universitária. Quarenta e sete por cento do PT e 69% do PDT são contra a ideia. Parece que começam a perceber que fomos nós, classes dominantes, que instituímos a regra, por ser ela excelente para os nossos filhos e péssima para os dos trabalhadores.

Finalmente, há um forte sentimento nacionalista a respeito da preservação ecológica da Amazônia. Uma maioria de 61% acha ser esse um problema de exclusivo interesse nacional, embora os partidos de esquerda tenham uma visão diferente: 76% do PT, 60% do PSDB e 47% do PDT.

Curiosamente, o questionário não indagou o que os congressistas pensam das Forças Armadas, se devem ou não continuar a existir e para quê.

O resultado da investigação é claro: com esse congresso qualquer projeto nacional que implique uma real melhora das condições de vida da maioria dos brasileiros não passa. Lembrei-me de um antepassado, fazendeiro de café e deputado pela velha Província Fluminense. Em abril de 1888, ele fez um discurso dizendo: “Os abolicionistas são assaltantes de caminho real. Para eles, tenho o meu revólver.” Ainda bem que Joaquim Nabuco, genro do visconde de Itaboraí, chefe conservador, não passava por perto.